

O Brasil através de rápido passeio por arquivos e bibliotecas de Portugal

Caio Boschi

Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 289-297

O Brasil através de rápido passeio por arquivos e bibliotecas de Portugal *

Caio Boschi

Como de todos sabido, o arquivo nacional e o mais importante depósito de fontes históricas manuscritas de Portugal é a **Torre do Tombo** ou, formalmente, o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Nele, torna-se impossível inventariar, com exatidão e total abrangência, os *núcleos ou fundos* nos quais são encontradas fontes concernentes à História do Brasil. O exequível, e para os limites e os propósitos deste texto, é, pois, apontar alguns dos núcleos que têm maior interesse para o pesquisador da História do Brasil.

Sem que pretendamos ser exaustivo, podemos citar, dentre outros, os conjuntos (de avulsos e/ou na forma de códices) reunidos sob a égide da *Alfândega de Lisboa*, do *Arquivo da Casa da Coroa*, das *Chancelarias Régias*, das *Chancelarias (Antigas) da Ordem de Cristo*, do *Conselho da Fazenda*, do *Corpo Cronológico*, do *Desembargo do Paço*, do *Erário Régio*, das *Gavetas*, da *Junta do Comércio*, da *Junta do Tabaco*, da *Leitura Nova*, da *Mesa da Consciência e Ordens*, do *Ministério do Reino*, do *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, da *Real Mesa Censória* e do substancial e muito compulsado fundo do *Tribunal do Santo Ofício*.

Assinalem-se, ademais, duas coleções específicas intituladas *Manuscritos do Brasil* e *Papéis do Brasil*, além de parte considerável do acervo documental das *Companhias de Comércio do Grão-Pará e Maranhão ea.de Pernambuco e Paraíba*.

Por fim, destaquemos os importantes núcleos constituídos por documentos oriundos tanto de *casas senhoriais* (por exemplo, a de Abrantes) quanto de *arquivos pessoais* (exemplo, o de António Saldanha da Gama, conde de Porto Santo)*.

A despeito da tão vasta e rica gama de fontes armazenadas na Torre do Tombo, para a História do Brasil, como para as das demais ex-colônias portuguesas, o principal depositário da documentação aqui considerada é o **Arquivo Histórico Ultramarino**.

Sucessor do Arquivo do Ministério das Colónias, o *Ultramarino* contém, na primeira das duas *secções* em que seu acervo se divide, vasta documentação proveniente do arquivo do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, entre os séculos XVI e meados do XIX.

Ali há fontes de todos os géneros (em particular, códices, manuscritos avulsos, mapas, plantas e

* Este texto é, com alguns acréscimos e pequenos reparos, transcrito de artigo publicado na revista **Acervo**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.85-96, jan./jun. 1997.

¹ Para informação mais detalhada sobre o assunto, consulte-se: FARINHA, Maria do Carmo J. D. & HENRIQUE, Maria de Lurdes. "No V Centenário da chegada dos portugueses ao Brasil: reviver o património comum. Contribuição do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa)". **Acervo**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.3-16, jan./jun. 1997, e BOSCHI, Caio C. **Roteiro-sumário dos arquivos portugueses de interesse para o pesquisador da História do Brasil**. Lisboa:Ed. Universitárias Lusófonas, 1995, sobretudo p.66 a 79.

desenhos) e para todos os gostos, no que respeita essencialmente à história político-administrativa. Especificamente sobre o Brasil, estima-se que em torno de 70% das fontes históricas relativas à administração colonial estão concentrados nessa instituição.

Sem desdouro pelos *fundos* dos demais gêneros, como os cerca de 400 códices, saliente-se a volumosa e rica documentação de manuscritos avulsos que até muito recentemente carecia de tratamento técnico, tarefa essa à qual se dedicou o meritório *Projeto Resgate*, proposto e implementado pelo governo brasileiro, com o acompanhamento e a supervisão do corpo técnico e da Direção daquele organismo.

Nas atividades e ações desse Projeto, foram organizadas, lidas, sumariadas, catalogadas, microfilmadas e digitalizadas mais de duas mil "caixas" de documentos avulsos, que, uma vez prontas, geraram mais de três mil rolos de microfimes. Esse ciclópico empreendimento está hoje acessível à consulta, através de catálogos, inventários e *CD Rom's*.

Não seria despidendo lembrar aqui que o *Resgate* tem a sua contrapartida no *Projeto Reencontro*, desenvolvido pelo governo de Portugal e que já transferiu para este país algo além de 400 rolos de microfimes de documentos de seu interesse que compõem os acervos de arquivos históricos e bibliotecas do Brasil².

Parece ser consensual que os dois arquivos acima referidos perfilam-se como o *núcleo duro* do tema-objeto deste curto e despretensioso texto.

No entanto, avaliação menos apressada - ou um pouco mais rigorosa - exigiria, de imediato, a adição a esses dois acervos dos fundos arquivísticos integrados à *Biblioteca Nacional de Lisboa*. Observação e reparo irrefutáveis, se quisermos nos ater ao essencial no que tange à realização de pesquisas documentais em plagas lusitanas. A rigor, o *Ultramarino*, a *Torre do Tombo* e a *Biblioteca Nacional*, para adotar a terminologia coloquial dos seus consulentes, formam o triângulo básico de trabalho para os interessados no estudo da História do Brasil-Colônia.

Na Biblioteca Nacional, o foco das atenções do estudioso da história brasileira deve convergir para a chamada *Divisão dos Reservados*. Ali, sem prejuízo da lenta consulta aos "ficheiros" dos chamados *Manuscritos Avulsos*, o nosso interesse justificadamente direciona-se para a pesquisa na *Coleção Pombalina* e no núcleo dos *Códices*.

A *Pombalina*, composta por 758 códices, provém da compra feita pelo Estado português, em fins do século passado, aos herdeiros do primeiro marquês de Pombal. Apesar das aparências, nela não se encontram fontes apenas respeitantes ao período de governação do Marquês, ao arquivo pessoal dele, mas também documentos que ficam balizados cronologicamente entre os séculos XV e XIX.

É natural, porém, que o fulcro desse acervo sejam os documentos produzidos na segunda metade do Setecentos, sobretudo entre 1750 e 1777, estendendo-se ainda aos anos que medeiam da queda do célebre ministro ao momento de sua morte.

Do precioso fundo se fez circunstanciado inventário no ano seguinte à incorporação daquela massa documental à Biblioteca Nacional. Nele, em 1889, José António Muniz descreveu o conteúdo de cada um dos códices, complementando-o com a elaboração de dois índices: um de assuntos (p. 1-122) e outro onomástico (p. 123-143).

Não é o caso aqui de apontar o tão variado leque de assuntos sobre os quais versam aqueles documentos. No entanto, para ficar em um ou dois exemplos de grande impacto para o estudo da realidade do Brasil Colonial, citemos o conjunto de documentos relativos aos jesuítas e, intimamente a eles respeitantes, os que se referem à governação de Francisco Xavier Furtado de Mendonça na Amazônia. A ter em conta também um considerável acervo de leis, decretos, alvarás, ofícios e ordens régias, sobretudo do século XVIII, subordinado às chamadas *Coleção Josephina* e *Coleção de D. Maria I*.

Quanto aos códices (anteriormente designados *Fundo Geral de Manuscritos: Códices* ou *Fundo Geral: Códices*), cujo número supera a casa de 13.000 volumes, sua consulta só se pode efetuar *in*

² Sobre essa temática, recorra-se a ABRANTES, Maria Luísa M. "Fontes para a História do Brasil colonial existentes no Arquivo Histórico Ultramarino". *Acervo*, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p. 17-28, jan./jun. 1997 e BOSCHI, Caio C, *op. cit.*, p.53-66, e, BOSCHI, Caio C, *Org. Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.3v.

loco, através de fichas existentes em gavetas de móveis de madeira localizadas na sala de leitura da mencionada Divisão.

Se, na nossa *peregrinação*, ficássemos circunscritos aos três mencionados arquivos, por certo que, repita-se, teríamos tido acesso à parte mais substantiva da documentação manuscrita respeitante ao Brasil Colonial depositada em instituições culturais portuguesas.

Assim procedendo, porém, estaríamos deixando de lado abundante e qualificado universo de fontes. Estaríamos repetindo e, com isso, reafirmando o comportamento típico que, grosso modo, é (ou era?) perpetrado pelo pesquisador de que falamos: o de confinar seus trabalhos de investigação aos principais arquivos públicos de Lisboa e, permitam-nos menção a um corolário dessa atitude, o de convergir suas consultas e apontamentos para a documentação que respeita a seus temas-objeto de tese ou de dissertação académicas. Com isso, se a historiografia brasileira, mormente aquela que é produzida nos cursos de pós-graduação, de dentro ou de fora do País, tem sido inquestionavelmente enriquecida por trabalhos - alguns exaustivos e definitivos - de garimpagem arquivística nas instituições portuguesas sobre determinados temas, por outro lado, muito pouco se vinha fazendo no sentido de dar conhecimento a um público mais amplo das ricas massas documentais depositadas em Portugal relativas à nossa História.

Obviamente que a mera consulta às referências documentais e bibliográficas veiculadas nas páginas finais dos referidos trabalhos académicos dá-nos uma noção desse manancial de fontes. Todavia, nada que se possa comparar com a ostensiva (por que não dizer cívica?) política de identificação e reprodução dos documentos relativos à História do Brasil depositados em Portugal, desenvolvida no século XIX pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e que foi implementada pela já assinalada e louvável iniciativa do *Projeto Resgate*.

Retornemos ao vetor que deve orientar esta vilegiatura para assinalar, mesmo tardia e talvez desnecessariamente, que o escopo básico dos acervos documentais sob análise é de natureza político-administrativa, reduz-se (quase que) exclusivamente ao período colonial de nosso País, trata de temas de interesse coletivo (razão pela qual investigações de natureza genealógica, por exemplo, não são aqui tidas como prioritárias) e se volta, mesmo não fetichizando-o, para o documento escrito. Com isso, essas nossas chegadas não atenderão em pleno aos interesses, por exemplo, dos pesquisadores em História das Artes Plásticas e da Arquitetura. Ademais, não buscamos identificar e sequer mencionar os valiosos arquivos notariais, eclesiásticos e mesmos os municipais, exceto quando os mesmos, não de maneira esparsa ou atomizada, têm núcleos ou fundos reunindo documentos sobre o Brasil.

Ressalvas feitas, cumpre então visitar alguns outros acervos arquivísticos concernentes à história brasileira. Em Lisboa, logo avulta o da *Biblioteca da Ajuda*, localizado na ala norte da parte térrea do Palácio Nacional homónimo.

Ali a documentação relativa ao nosso País já se encontra praticamente anunciada graças ao esforço de Carlos Alberto Ferreira, que fez publicar em 1946 o seu alentado *Inventário dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul*, obra para a qual o autor preparou um índice, impresso à parte pelo Arquivo Nacional do Brasil, em 1968. Sabe-se, por outro lado que, alvissareiramente, em breve esta obra será reeditada em versão revista e ampliada.

Esses dois instrumentos de trabalho, conquanto tenham sido divulgados há décadas, e mesmo sendo de extrema utilidade, não dispensam a consulta da tabelas de conversão de parte das cotas pelas quais estão referidas nas duas obras.

Além disso, nem todas as fontes de interesse direto para a história brasileira estão identificadas. Tudo indica que o maior volume dessas fontes já tenha sido objeto de divulgação. Contudo, um exaustivo inventário de *documentos avulsos* vem sendo elaborado pelos técnicos especializados daquela biblioteca, já há alguns anos. É aguardar para conhecer, dimensionar e debruçar-se sobre este acervo complementar.

De toda forma, como se vê, a consulta à *Ajuda* (novamente a linguagem coloquial) é ponto de nossa passagem - e paragem - obrigatória. Sem falar do valioso acervo bibliográfico ali existente. E só para mencionar um fundo muito solicitado, aponte-se a não menos abundante *colecto Jesuítas na Ásia*, imprescindível para, no mínimo, as desejadas análises comparativas entre a atuação dos inicianos no Oriente e no Brasil.

Ainda na capital portuguesa, assinale-se a existência de repositório documental pouco ou quase nada consultado pelos pesquisadores aqui referidos: o *Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros*.

Na realidade, esse especializado arquivo foi desmembrado e está fisicamente instalado em dois locais distintos: o fundo relativo ao período anterior a 1850 integra o acervo dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo; o da fase posterior até a atualidade encontra-se muito bem cuidado no edifício-sede daquele ministério, o Palácio das Necessidades.

Da primeira parte do fundo, cujo inventário completo foi publicado, em 1990, por Maria do Carmo Dias Farinha, poderíamos destacar, para o objeto sob análise, a correspondência do Ministério dos Negócios Estrangeiros com a Legação de Portugal no Brasil, entre 1826 e 1842, bem como os *despachos* do Ministério para o Consulado português no Rio de Janeiro. Sem esquecer que, tendo origem na documentação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, criada em 1736, esse fundo abrange também fontes de natureza diplomática referentes ao período de permanência da família real e da administração portuguesa no Brasil, de 1808 a 1822.

Isso, evidentemente, para não mencionar a documentação pós-1850, que ainda aguarda o seu analista e um historiador que praticamente ponha fim ao estado de virgindade em que o citado fundo se apresenta.

Continuando em Lisboa, já é também hora de os nossos pesquisadores cessarem de repetir lugares-comuns em nada condizentes com a verdade. Por exemplo, é mister ir ao encontro das fontes sobre o Brasil existentes no Arquivo *às Alfândega de Lisboa*, onde, nos núcleos 54 e 115 (pelo menos), em 3 volumes e em 18 códices, respectivamente, inserem-se documentos referentes à Casa da Índia, entre 1519 e 1759, e provenientes da Alfândega Grande do Açúcar, compilados na segunda metade do século XVIII.

Em outras palavras, é preciso romper com a falsa suposição de que o terremoto de 1^o de Novembro de 1755 e seus desdobramentos deram cabo da totalidade dos documentos então armazenados em instituições da orla ribeirinha do Tejo.

A propósito, se o interesse do pesquisador estiver voltado para o movimento do comércio marítimo entre a Metrópole e o Brasil, mesmo no período anterior ao dito Terremoto, caberia lembrar a existência de outra parte residual dos arquivos da Alfândega de Lisboa que foi transferida para a Torre do Tombo, onde hoje pode ser compulsada. A declarar também, e para ficar nessa ampla e fecunda temática, que o *Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa* dispõe de notável coleção intitulada *M«ra? de Navios*, em que, somente no que concerne ao comércio e à movimentação de embarcações chegadas do Brasil a Lisboa ou daí saídas rumo ao nosso País, sobretudo para o período entre 1772 e 1839, há cerca de cem preciosos códices contendo elementos informativos seja da entrada dos navios, da proveniência e discriminação da carga, seja dos livros de receita e despesas do direito de entrada cobrados pela Casa dos Marcos³. Importante: não esquecer que o Arquivo Histórico da Casa da Moeda, em Lisboa, tem sob sua guarda um conjunto verdadeiramente notável, com abrangência cronológica muito mais elástica, de livros-códices e maços de documentos que são afins e/ou complementares aos que se acaba de aludir.

A riqueza documental do citado *Arquivo Histórico da Casa da Moeda* não é em nada condizente com seu conhecimento e com a sua consulta pelos historiadores dos temas brasileiros, em especial aqueles atinentes à economia colonial e à mineração, em particular. Surpreende-nos que tal acervo não tenha, ainda, merecido a atenção que lhe deve ser conferida, sobretudo os mais de 1.500 livros manuscritos de manifestos das naus, da visita do ouro e dos registros do tesoureiro da dita Casa, documentação essa que abrange o longo período de 1686 a 1823⁴.

A mesma constatação se impõe relativamente ao notável *Arquivo Histórico do Tribunal de*

³ Os códices do *Marco dos Navios* mereceram recente e oportuno tratamento informático, conforme se pode consultar em FRUTUOSO, Eduardo; GUINOTE, Paulo; LOPES, António. *O movimento do porto de Lisboa e o comércio luso-brasileiro (1769-1836)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. 795 p.

⁴ Consulte-se: PAES LEME, Margarida Ortigão Ramos. "O arquivo da Casa da Moeda de Lisboa; seu interesse para a História do Brasil colonial, 1686-1822". *Acervo*, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.47-56, jan./jun. 1997, e BOSCHI, Caio C. *Roteiro-sumário dos arquivos portugueses de interesse para o pesquisador da História do Brasil*, p. 35-37.

Contas de Portugal, nomeadamente os ricos e bem conservados livros-códices dos conjuntos documentais da *Casa dos Contos*, do *Erário Régio*, sem desdouro pelos dos *Cartórios Avulsos*, da *Junta da Inconfidência* e das *Cartas de doação, padrão e mercê*⁵.

A ênfase (talvez exagerada) que vimos conferindo aos documentos escritos de natureza político-administrativa e económica não pode e não deve deixar de lado o registro, mesmo que fugaz, de documentos de outra espécie, como sejam, por exemplo, os cartográficos.

Com efeito, a assinalada convergência de atenções para a trindade formada pela Torre do Tombo, Biblioteca Nacional e Ultramarino, por vezes, leva os pesquisadores a somente nelas buscarem fontes cartográficas. Diga-se de passagem que não é pequeno o número de consulentes daquelas instituições que desconhecem o conjunto de mapas, traçados, plantas e planos que aqueles arquivos possuem.

Por conseguinte, no geral, há muito que apurar, em matéria cartográfica, fora do citado eixo. Só em Lisboa, sem esquecer o acervo de mapas e plantas pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino e para não mencionar o *Arquivo Distrital* e a *Biblioteca Municipal de Évora*, há, pelo menos, outros quatro excelentes núcleos de fontes cartográficas respeitantes (não só) ao Brasil: o da Sociedade de Geografia de Lisboa, o da Academia das Ciências de Lisboa, o do Arquivo Histórico Militar e o do pouco conhecido, mas primoroso, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar.

Da Sociedade de Geografia, não caberia lembrar só aquele setor, apesar de ele ser composto de boas e bem conservadas peças cartográficas. No Setor dos Reservados pode-se consultar bem expressivos fundos documentais, já catalogados, de que nos dão conhecimento dois ou três artigos de autoria de Rosalina Silva Cunha, publicados no *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa* e no *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*.

Idêntico comportamento se deve ter relativamente à *Academia das Ciências*. Prioritariamente procurada devido ao seu rico acervo de *memórias* e documentos económicos e científicos produzidos à época da fase inicial de sua existência, lá se encontra também importante documentação cartográfica.

Isso sem falar na nutrida coleção de legislação portuguesa - manuscrita e impressa - que abrange e abriga, em 43 robustos volumes, documentos administrativos de caráter jurídico-legal desde o século IX até 1836, compilada no século passado por Francisco Manuel Trigos de Aragão Morato.

Não obstante sua falta de organicidade, a coleção Aragão Morato merece ser lembrada seja para a finalidade básica a que se destina, seja para complementar (e, por vezes, substituir) documentos avulsos de outros acervos arquivísticos sobre a História de Portugal e de suas ex-colônias. Ressalve-se que, sob a chancela de *legislação*, há fontes fundantes e prioritárias para o bom entendimento das formas organizacionais e do funcionamento das estruturas administrativas do passado colonial brasileiro, inclusive porque, no seu interior, multiplicam-se documentos da rotina e do cotidiano da administração pública de então, como sejam, dentre outros, os decretos, os alvarás, as cartas régias e as provisões.

A propósito de legislação, registre-se que, mesmo não tendo a qualidade do conjunto acima referido, cumpre lembrar as *coleções Josephina* e de *D. Maria I*, pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa, reunidas e anotadas por Alberto Rodrigues Vale, e integrantes da *Coleção Pombalina*, onde podem ser encontradas, respectivamente, pelos volumes de números 453 a 460 e de 461 a 468.

Sobre o *Arquivo Histórico Militar*, além da citada documentação cartográfica (da qual se pode ter notícias através de relações constantes dos volumes 43 e 48 do *Boletim* daquela instituição, anunciem-se fontes outras para o conhecimento, por exemplo, das tropas, do Arsenal do Exército e das instalações militares no Rio de Janeiro das primeiras décadas do Dezenove; de plano de defesa da ilha de Santa Catarina, bem como de documentos referentes a individualidades de impacto na realidade colonial: André Vidal de Negreiros, Joaquim Silvério dos Reis e José Bonifácio de Andrada

⁵ Cf. PAIXÃO, Judite Cavaleiro. "Fontes do Tribunal de Contas de Portugal para a História do Brasil Colónia". Acervo, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.57-70, jan./jun. 1997, e BOSCHI, Caio C. *Roteiro-sumário dos arquivos portugueses de interesse para o pesquisador da História do Brasil*, p. 37-40.

e Silva, além de documentos sobre a colonização suíça no Rio de Janeiro e, mais atentadamente, sobre a Colônia do Sacramento.

O *Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar*, destinava-se a "estudos de fortificações e das obras militares", para além, evidentemente, de análises relativas à arma da engenharia do exército português. Sem manter qualquer vínculo com o Arquivo Histórico Militar e nem lhe sendo necessariamente complementar, do *Gabinete*, pode-se dizer que sua riqueza documental está na razão inversa da sua consulta, o que é de se lamentar. Em seu acervo, cuidadosamente preservado, encontram-se, em significativa quantidade, desenhos e plantas de fortificações, de instalações militares, de cartografia, de hidrografia, dos portos e da urbanização no Brasil Colonial. Em suma, para o género, é precioso e merece ser mais bem conhecido e explorado.

Antes de deixarmos Lisboa em definitivo, abramos parêntese para falar sobre a existência de numerosos acervos documentais de posse de herdeiros de casas senhoriais do período de que nos ocupamos. Tais casas, com diferentes ênfases, tiveram ancestrais relacionados diretamente com a colônia portuguesa da América do Sul.

Ocioso discutir a origem e a legitimidade de grande parte desses arquivos ou de, pelo menos, uma fatia considerável de seus núcleos documentais. Embora ética e legalmente os documentos produzidos ou recebidos por alguém durante o exercício de funções públicas não sejam de propriedade particular do titular das mesmas, ainda assim não será apenas nos arquivos públicos ou oficiais que se deverá buscar aquele tipo de fontes. Elas poderão ser encontradas também - e dependendo do período do tema ou do assunto que se procure - em arquivos privados. Claro está que nem tudo o que se encontra nestes últimos são documentos de domínio público ou que, pelo menos, não possam ser objeto de discussão em torno de sua privacidade ou não. Aliás, são tênues os limites que, também nessa matéria, separam o público do privado.

Desse género de arquivos, pode-se aqui referir aos das casas de *Castelo Melhor*, de *Fronteira e Morna*, de *Cadaval*, de *Palmeia*, dos condes das *Gaheias*, da *Insua* de *Mateus*, as duas últimas tendo os documentos reunidos em suas respectivas sedes, em Penalva do Castelo e em Vila Real.

E com os arquivos de outras regiões e cidades do País encerramos nossa rápida vilegiatura. Em outra oportunidade, talvez devêssemos dar uma atenção maior ao acervo documental relativo ao Brasil encontrado em *Évora*, na *Biblioteca PúblicaXooA*. Através da leitura do catálogo preparado por J. H. da Cunha Rivara, contentemo-nos por ora em assinalar a sua riqueza e lamentar a pouca pesquisa que nele até agora se realizou.

Ao Norte de Lisboa, uma parada prolongada é exigida em *Coimbra*, onde, para além da consulta à Seção de Manuscritos da *Biblioteca Geral da Universidade*, sob a orientação inicial, mas insuficiente, do *Catálogo de manuscritos* relativos ao Brasil, preparado e publicado em 1941 por Francisco Moraes, dirigir-nos-emos ao Arquivo da Universidade. Lá, como se não bastasse o amplo universo de dados biográficos referentes a estudantes e professores brasileiros que durante todos os séculos de nossa História vincularam-se àquela sete vezes centenária instituição, valerá a pena dar um mergulho em força nos trinta e nove códices constituintes da *Coleção Conde dos Arcos*.

Em *Braga* o pesquisador da História do Brasil deve-se dirigir ao *Arquivo Distrital*. Nele, em particular, e para o tema em causa, se encontra precioso arquivo pessoal do 1^o conde da Barca, António de Araújo e Azevedo, figura central da administração portuguesa no Brasil nos primórdios do século XIX. Outro subfundo de interesse é o do irmão daquele estadista, João António de Araújo Azevedo.

No Arquivo Distrital de Braga, em termos de conjunto, concentra-se o mais denso acervo atinente às ordens religiosas atuantes em Portugal, cuja consulta fica facilitada pelo *Inventário do fundo monástico-conventual* preparado por António de Sousa Araújo e Armando B. Malheiro da Silva.⁶

Na "Invicta Cidade" colocamos ponto-final no passeio. A despeito dos códices respeitantes ao Brasil Colonial não ultrapassarem a casa de quarenta e poucas peças, quase todas provenientes dos acervos do 1^o visconde de Balsemão, Luís Pinto de Sousa Coutinho, que foi governador e capitão-general do Mato Grosso, e do magistrado Manuel Francisco da Silva Magro de Moura, e sem desprezar a valiosa cartografia que ali se encontra, a *Seção de Manuscritos/Reservados* da *Biblioteca Pública Municipal do Porto* cumpre ser visitada e explorada⁷.

Ademais, talvez valesse a pena chamar a atenção para uma tendência que parece atualmente esboçar-se na capital nortenha, nomeadamente no Departamento de História da Faculdade de

Letras da Universidade do Porto: a da realização de pesquisas e trabalhos científicos sobre a História do Brasil lastreados em arquivos de empresas comerciais e em arquivos municipais. Exemplos dessa possível tendência devem ser referenciados, quando nada porque, além de sua originalidade, rompem com tradição mais do que secular de supor que, em Portugal, o que se deve buscar para melhor compreender a história brasileira são principalmente fontes de natureza político-administrativa e econômica, entendendo-se esta apenas quando se acha sob a égide do Estado Absolutista. Observe-se, nesse sentido, os variados trabalhos de investigação histórica perpetrados por Luís António de Oliveira Ramos sobre a figura singular de D. fr. Caetano Brandão, bispo do Pará entre 1782 e 1789, imediatamente antes, portanto, de assumir a Sé e a diocese de Braga.

Dentre outras pesquisas inovadoras refiram-se aquelas desenvolvidas pelos professores Eugénio dos Santos e Jorge Fernandes Alves, também dos quadros da mencionada Universidade. A referência ao primeiro prende-se às investigações que pessoalmente e por grupo que coordena, têm sido levadas a efeito através de numerosos copiadore de correspondência de casa comercial pertencente à família Pinto de Miranda que, no século XVIII, com matriz na Metrópole, ramificou-se pelo Brasil, tendo negócios em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e sul da Colónia. A não esquecer ainda os numerosos textos sobre o Brasil Colonial, sobretudo aqueles respeitantes aos temas da missionação e da conquista e ocupação da região Sul, elaborados por este que é, reconhecidamente, dos mais qualificados conhecedores da História brasileira em Portugal. A menção a Jorge Alves é devida pelo seu denso e judicioso trabalho de compilação e análise de registros de passaportes, testamentos, listas nominativas e biografias, que lhe permitiram reconstituir o fluxo migratório legal do Porto para o Brasil no século XIX. Nesse sentido, e sobre tema tão aliciante, a sua obra *Brasileiros; emigração e retorno no Porto oitocentista* (Porto, s. ed., 1994) impõe-se como fonte de consulta indispensável.

Temas, fontes e pesquisas sobre história de empresas, que é também história social, como o é também a história demográfica. Repito: são exemplos de descobertas e de análise de fontes históricas até então pouco conhecidas e/ou exploradas. Com essas ou com as "tradicionais", com as de Lisboa ou com as das demais cidades portuguesas, o que importa é termos a mais simples das posturas: sem abdicar da consulta aos núcleos documentais inevitavelmente recorrentes, abramos para a busca permanente e para o conhecimento de novos (quem sabe inéditos) acervos documentais.

⁶ Para outras e mais circunstanciadas informações, recorra-se a CHAGAS, Maria da Assunção J. de V. *et ai* "A contribuição do Arquivo Distrital de Braga para a História do Brasil colonial". *Acervo*, Rio de Janeiro, v.10, n.1,p.71-84, jan./jun. 1997.

⁷ Para detalhes, cf. MEIRELLES, Maria Adelaide & CABRAL, Luís. "Documentos relativos ao Brasil existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto". *Acervo*, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.29-46, jan./jun. 1997, e BOSCHI, Caio C. **Roteiro-sumário dos arquivos portugueses de interesse para o pesquisador da História do Brasil**, p.92-94. Assinale-se, nesta hora de homenagem, que o **Catálogo dos manuscritos ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto**, elaborado por Artur de Magalhães Basto nos anos 30 do século XX, foi republicado em 1988 com **Nota Introdutória** de Luís António de OLIVEIRA RAMOS.